

LUIZ GUILHERME MARINONI

JULGAMENTO NAS CORTES SUPREMAS

**PRECEDENTE E DECISÃO DO RECURSO
DIANTE DO NOVO CPC**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

JULGAMENTO NAS CORTES SUPREMAS

Precedente e Decisão do Recurso diante do Novo CPC

LUIZ GUILHERME MARINONI



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite o nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2015]

Profissional

Fechamento desta Edição [29.04.2015]



ISBN 978-85-203-6109-2

SUMÁRIO

Introdução	13
1. A mutação da função das Supremas Cortes e a decisão colegiada	17
1.1. Da correção da aplicação da lei à atribuição de sentido ao direito.....	17
1.2. Da solução do caso concreto à <i>ratio decidendi</i>	20
1.3. Os precedentes obrigatórios no Código de Processo Civil de 2015.....	20
1.4. A função contemporânea das Supremas Cortes e o problema do julgamento colegiado	26
1.5. O significado da vontade dos julgadores e a voz uníssona da Corte	30
2. Decisão colegiada, decisão plural e <i>ratio decidendi</i>	33
2.1. Decisão colegiada nas Cortes de Apelação	33
2.2. Decisão colegiada nas Cortes Supremas brasileiras	35
2.3. Decisão plural, decisão por maioria, fundamento majoritário, fundamento concorrente e fundamento dissidente	39
2.4. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	42
3. As decisões plurais e a função das Cortes Supremas	59
3.1. Primeiras considerações	59
3.2. O desenvolvimento do direito.....	60
3.3. A decisão plural diante dos juízos inferiores	61
3.4. A decisão plural em face da previsibilidade	62

3.5. A indefinição inerente à decisão plural em benefício da racionalidade do sistema e da otimização das funções dos tribunais inferiores e das Cortes Supremas	63
4. Critérios para extrair a <i>ratio</i> da decisão plural	69
4.1. Apresentação do problema.....	69
4.2. O “ <i>narrowest grounds</i> ”	69
4.3. A consideração da <i>opinion</i> dissidente para a definição da <i>ratio</i>	77
4.4. A tentativa de resolver o problema mediante a outorga de valor precedental ao resultado ou ao julgamento....	80
4.5. Situações em que as cortes estadunidenses, sem justificativa racional, atribuíram autoridade a determinada <i>opinion</i> inserida na decisão plural	86
5. As denominadas decisões paradoxais.....	91
5.1. O chamado <i>doctrinal paradox</i>	91
5.2. A invocação do caso <i>Tidewater</i> para demonstrar o equívoco das decisões plurais e a importância de decidir as questões na forma individualizada (o julgamento <i>issue-by-issue</i>)	95
6. Julgamento, decisões plurais e <i>ratio decidendi</i> nas Cortes Supremas brasileiras.....	99
6.1. Fases do julgamento em uma Corte de Precedentes....	99
6.2. A delimitação dos fatos do caso e a importância da prévia definição dos fundamentos a serem discutidos.....	101
6.3. A questão do voto escrito do relator	104
6.4. O pedido de vista. O art. 940 do CPC/2015.....	106
6.5. As diretivas de interpretação e opções valorativas. Uma questão instrumental em face da adequada discussão e da elaboração da <i>ratio decidendi</i>	108

6.6. Agrupamento de decisões individuais x decisão colegiada. A relatividade das decisões da Corte Suprema ..	113
6.7. Contradição entre fundamentos e emprego da técnica da decisão em separado.....	117
6.8. A votação em separado de cada uma das alegações de violação de norma.....	119
6.9. Discussão x votação individualizada dos fundamentos.....	121
6.10. A decisão das questões ou fundamentos no recurso repetitivo	121
6.11. Proclamação da decisão e da <i>ratio decidendi</i>	124
6.12. A importância da explicitação dos fundamentos no momento da proclamação do resultado	127
6.13. Elaborar x descobrir a <i>ratio decidendi</i> . A colaboração da Suprema Corte.....	131
6.14. Elaboração da justificativa	135
6.15. A justificativa dos fundamentos e a exclusão das justificativas pessoais.....	137
6.16. Justificativa e <i>ratio decidendi</i>	139
6.17. A tarefa de descoberta e a extração da <i>ratio</i> da decisão plural	139
6.18. A decisão plural como consequência dos limites do colegiado	143
6.19. Eficácias da <i>ratio decidendi</i> e da decisão plural	146
Referências bibliográficas	153